

O DEBATE INTELECTUAL SOBRE AS AÇÕES AFIRMATIVAS PARA ESTUDANTES NEGROS NO BRASIL¹

Karine Pereira Goss

INTRODUÇÃO

As discussões sobre as políticas de ação afirmativa mobilizaram não somente atores organizados da sociedade civil brasileira como também a *intelligentsia* nacional. Os debates, desde pelo menos o ano de 2003, tornaram-se frequentes nos meios de comunicação, nas universidades, na Câmara dos Deputados, no Senado etc².

Em paralelo ao intenso debate instalado na mídia, iniciou-se também uma disputa acadêmica em torno do tema. Antropólogos e sociólogos, principalmente, mas também cientistas políticos, juristas, economistas, historiadores, entre outros representantes do campo acadêmico, divulgaram argumentos favoráveis e contrários à aplicação das cotas no ensino superior.

A área das ciências sociais encontra-se explicitamente dividida entre os intelectuais contrários e os favoráveis a essas medidas. Entender o porquê dessa disputa tão acirrada entre os intelectuais brasileiros sobre a necessidade ou não

¹ Artigo resultante da Tese de Doutorado: **Retóricas em disputa**: o debate entre intelectuais em relação às políticas de ação afirmativa para estudantes negros no Brasil. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

² A pesquisa foi realizada por meio de análise bibliográfica e teve como objetivo mapear os principais argumentos elaborados pelos intelectuais brasileiros, especialmente cientistas sociais, em relação às políticas de ação afirmativa. Foram utilizados como fontes de pesquisa livros, periódicos de circulação nacional, revistas e publicações especializadas. Além disso, foram transcritas fitas de palestras que tratavam sobre o tema em encontros acadêmicos, seminários sobre ações afirmativas, além de gravações de audiências na Câmara Federal e no Senado. Os principais jornais utilizados foram: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*.

de aplicação dessas políticas constitui o objetivo principal desse artigo. Para isso, serão analisadas as principais proposições apresentadas pelos representantes das duas posições dentro das ciências sociais. As duas posições são classificadas, a partir de uma tipologia criada por Albert Hirschman (1989, 1992), da seguinte forma: os intelectuais contrários às políticas de ação afirmativa desenvolvem o que Hirschman denomina de uma **retórica conservadora** e os intelectuais favoráveis a essas medidas compartilham de uma **retórica** caracterizada como **progressista**.

Alguns dos principais argumentos contrários à aplicação de cotas no ensino superior brasileiro, que podem ser encontrados em publicações especializadas e nos meios de comunicação, são os seguintes:

- A adoção de políticas de ação afirmativa demanda o reconhecimento das diferenças étnicas e raciais dos brasileiros e isso contraria um ideário valorizado a respeito da mestiçagem.
- As ações afirmativas causarão uma divisão perigosa entre negros e brancos no Brasil.
- A aplicação de políticas de ação afirmativa implica necessariamente a retomada do conceito de raça, apesar do fato de os defensores dessas medidas afirmarem que o termo se refere a uma construção social e não biológica.
- A defesa da igualdade de tratamento dos indivíduos de acordo com o mérito.
- A dificuldade de classificação dos sujeitos dessas políticas em decorrência da existência de uma população mestiça.
- A falta de consenso, mesmo dentro da academia, de que as desigualdades raciais, apesar de correlatas à questão de classe, são distintas das desigualdades de classe.
- O fato de esse tipo de política não beneficiar a população negra em geral, mas apenas uma pequena parcela dessa população.
- A resolução do problema das desigualdades étnicas viria com a implantação de políticas universalistas e não de políticas diferencialistas ou focalistas.
- Os negros contemplados com a política de cota racial seriam ainda mais discriminados e estigmatizados.

Alguns dos principais argumentos favoráveis à implementação de cotas no ensino superior brasileiro, que pretendem justificar a legitimidade desse procedimento, são:

- Reparação – as cotas funcionam como um mecanismo de justiça reparatória pelos 300 anos de escravidão. Seriam também uma espécie de compensação que a comunidade negra reivindica por uma dívida

que a sociedade brasileira como um todo tem para com esse contingente populacional.

- Cobrança de um direito – apesar de a Constituição de 1988 garantir a todos os cidadãos tratamento igual em relação aos serviços públicos oferecidos pelo Estado, é imensa a desigualdade de participação da comunidade negra nas universidades quando comparada à dos brancos. Nesse sentido, as cotas representariam a concessão de um direito já previsto constitucionalmente.
- Promoção da diversidade étnica e social – a presença de negros e índios seria uma forma de enriquecer o ambiente acadêmico. Esse argumento diz respeito à própria dinâmica da instituição universitária, pois a presença de negros e indígenas diversificaria a produção de saberes e poderia provocar uma revisão de conteúdos eurocêntricos, além de proporcionar o contato com a diversidade de culturas, modos de vida, visões de mundo etc.
- Intensificação da luta anti-racista – propor cotas é uma forma de abrir uma discussão até há pouco tempo muito silenciada sobre o racismo no Brasil. Essa seria uma das formas de reconhecer que as práticas racistas estão presentes no ambiente acadêmico e que é preciso discutir sobre isso e tomar posições.

MESTIÇAGEM E RAÇA NO BRASIL

A discussão sobre a implementação das cotas vem mais uma vez confirmar a importância das posições dos intelectuais sobre temas relevantes da vida nacional. Intelectuais contrários e favoráveis às ações afirmativas no ensino superior público brasileiro assumem posições diferenciadas em relação ao seu papel. Enquanto os primeiros argumentam que suas opiniões são sustentadas pela ciência e, por esse motivo, mais isentas; os segundos são questionados pelos primeiros em sua postura por fazerem alianças com representantes do movimento negro. Ambos os grupos elaboraram manifestos³ entregues aos presidentes da Câmara dos

³ De acordo com Bobbio (1997), o manifesto tem sido uma das principais formas pelas quais os intelectuais têm assumido publicamente seu engajamento político. No dia 29 de junho de 2006 foi entregue o manifesto “Todos têm direitos iguais na República Democrática”, (contrário à aplicação das cotas e à aprovação do Estatuto da Igualdade Racial), no gabinete do então presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), a ele e ao presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), pela antropóloga Yvonne Maggie, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e pelo militante negro José Carlos Miranda, do Movimento Negro Socialista (MNS). O texto foi assinado por 114

Deputados e do Senado demarcando seus posicionamentos perante a questão das cotas nas universidades e ao Estatuto da Igualdade Racial⁴.

As discussões a respeito da temática racial e seus correlatos, como a mestiçagem, sempre fizeram parte da preocupação da elite intelectual e política do país, da mesma forma que interferiram nas análises sobre a configuração do estado-nação brasileiro. O debate sobre ações afirmativas no Brasil reavivou as diferentes argumentações em torno desses temas. É possível identificar atualmente pelo menos duas maneiras distintas de se analisar a questão racial e a mestiçagem. Há cientistas sociais que recuperam a interpretação freyriana e de outros autores e vêem o Brasil como resultado de um profundo e autêntico processo de miscigenação, o que gera como consequência a formação de uma sociedade com características cordiais e com um ideal de democracia racial. E, ao mesmo tempo, há autores que seguem uma linha inversa, resultante de um rompimento explícito com aquele tipo de interpretação.

A questão racial, a mestiçagem e o branqueamento são elementos centrais para a reflexão sobre a constituição do Brasil enquanto nação, pois formam um conjunto de representações que embasaram a construção da identidade nacional.

É o discurso que explica a formação do país por meio de um processo de mestiçagem que os intelectuais partidários da retórica conservadora estão retomando em seus argumentos contrários às políticas de ação afirmativa. Na perspectiva dos partidários da retórica conservadora, a mestiçagem é avaliada como um conjunto de práticas e valores que são internalizados pelas pessoas de forma legítima e estão fortemente enraizados na cultura e na história brasileira. A revisão que Fry (2005, p. 163) faz de seu artigo *Feijoada e soul food*, publicado pela primeira vez em 1976, demonstra com nitidez esse posicionamento:

peças, a maioria pesquisadores e acadêmicos, e foi publicado em vários jornais e em páginas da internet. Cinco dias após, um outro grupo, favorável às ações afirmativas, elaborou o “Manifesto em favor das cotas e do Estatuto da Igualdade Racial”. O manifesto foi redigido por Alexandre do Nascimento – Membro da Coordenação do Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), por Frei David Raimundo dos Santos – Diretor Executivo da Rede de Pré-Vestibulares Comunitários: Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes (EDUCAFRO) e por José Jorge de Carvalho – Professor de Antropologia da UNB e um dos propositores do projeto de ação afirmativa desta universidade. O manifesto foi entregue para os mesmos representantes da Câmara Federal e do Senado e assinado por mais de 300 pessoas – pesquisadores da área de ciências humanas e sociais e representantes de movimentos sociais – de diversas regiões do país.

⁴ Sem políticas de cotas para negros na educação ou no mercado de trabalho, o Estatuto da Igualdade Racial foi aprovado por unanimidade no dia 16 de junho de 2010 pela CCJ (Comissão de Constituição de Justiça) do Senado, depois de dez anos de tramitação no Congresso Nacional.

“creio que a grande diferença entre os autores que citei e meu próprio trabalho mais recente, por um lado, e “Feijoada ...”, por outro, está na maneira de lidar com a “mestiçagem” cultural e biológica no Brasil. Em “Feijoada...”, a mistura e a ideologia do não-racialismo são tratados comomentiras que “ocultam” uma realidade mais concreta. Nos trabalhos dos autores que citei e nos meus trabalhos mais recentes, os ideais de mistura e de não-racialismo são tão concretos e reais quanto os desejos de pureza e racismo”.

Por outro lado, os autores produtores da retórica progressista vêem na ideologia da mestiçagem e no mito da democracia racial artificios que o Estado brasileiro e as elites dominantes, entre elas os intelectuais, desenvolveram para tentar alcançar uma unidade nacional.

Com relação ao uso da categoria raça, os pensadores contrários à implementação das cotas acusaram algumas universidades de utilizarem métodos inadequados para evitar fraudes no processo seletivo dos candidatos. O fato de serem tiradas fotos e feitas entrevistas como formas de comprovação da identidade étnico-racial dos pretendentes à reserva de vagas é visto por muitos pesquisadores como a reedição das teorias racialistas do final do século XIX, que comprovavam a raça das pessoas por processos tipológicos de classificação racial através da seleção de determinadas características, como índice cefálico, cor da pele e capacidade craniana, entre outros procedimentos. Os defensores da política de cotas afirmam que o termo raça não é usado no sentido formulado pelos teóricos do século XIX, mas sim como uma categoria analítica indispensável na revelação das discriminações e das desigualdades existentes no país. A pele de cor negra nesse sentido deve ser lida como um signo diacrítico que demonstra o pertencimento a um determinado grupo social subalternizado em função de uma história de conquista, colonização e escravização. Ser negro é ser, portanto, marcado racialmente por “uma inferioridade historicamente herdada e cuidadosamente ocultada no fundo do baú dos melhores famílias” (SEGATO, 2005, p. 278). O critério racial aplicado às políticas de ação afirmativa estaria estritamente relacionado à cor e ao fenótipo, como forma de dar suporte a tais políticas e não como um fundamento racializante. A história brasileira, segundo Segato, demonstra que certos signos fenotípicos remetem a significados relacionados à exclusão, à guerra e ao sofrimento. O impacto visual desses signos, portanto, está profundamente influenciado por esse processo histórico.

A forma como a questão racial e o próprio conceito de raça foram tratados no Brasil por diferentes setores, como os “homens de direito” e da “medicina” (Schwarcz, 1993, p. 238), foi essencial na definição dos caminhos do país. Pode-se afirmar, portanto, que as teorias raciais européias foram introduzidas no Brasil de maneira crítica e também seletiva e transformaram-se em um instrumento conservador para a compreensão da identidade nacional. O argumento racial

além de justificar cientificamente as diferenças e a sua hierarquização, também servia para respaldar a discussão sobre quem teria direito à cidadania.

As teorias consideradas científicas a respeito das raças serviram de justificativa para a adoção de políticas de Estado no Brasil. O principal exemplo disso é a política de Estado de incentivo à imigração europeia, aprovada por intelectuais e políticos, inclusive muitos abolicionistas, com o objetivo de substituir a mão-de-obra escrava e a incidência de negros e mestiços na população.

Azevedo (2004a) demonstra que no período anterior à abolição da escravidão havia um profundo medo da elite branca em relação tanto a vinda de escravos de outras partes do país para São Paulo, pelo acréscimo que produziria na população negra, quanto do significativo aumento das reações dos escravos na forma de motins, assassinatos, fugas etc. As teorias raciais e, conseqüentemente, a interpretação que dela fizeram os pensadores nacionais, vieram para legitimar a opção pela mão-de-obra branca européia. A autora evidencia como a forma de adesão ao projeto imigrantista aumentava à medida em que as reações negras se acumulavam. Aliado às teorias racistas, o ideário liberal confirmava o estágio atrasado do país e conclamava a mudanças urgentes para que o Brasil entrasse nos trilhos do desenvolvimento.

A RETÓRICA CONSERVADORA

Um dos mais importantes estudos sobre o desenvolvimento da retórica conservadora foi realizado por Hirschman (1992). O autor examinou como os argumentos caracterizados como reacionários foram elaborados de forma muito semelhante em diferentes períodos históricos e em relação a três momentos em que ocorreram avanços avaliados como progressistas. A primeira reação conservadora foi o movimento que se opôs à Revolução Francesa. A segunda resposta reacionária viria com a oposição ao sufrágio universal. E, por fim, na seqüência indicada por Hirschman, encontra-se a crítica reacionária ao *Welfare State*. O objetivo do seu estudo foi delinear os tipos de argumentos utilizados por aqueles que de alguma forma desejavam se opor e, inclusive, derrubar políticas e/ou medidas de caráter progressista, reformista ou revolucionário. A polêmica instalada no campo acadêmico brasileiro a respeito do tema das cotas raciais – demarcando uma divisão entre opositores e defensores – e a semelhança dos argumentos desenvolvidos em cada um desses pólos com aqueles encontrados no estudo efetuado por Hirschman justificam a utilização da proposta analítica do cientista político. Com isso, deseja-se demonstrar que no campo acadêmico brasileiro está presente uma potente retórica conservadora que se opõe às ações afirmativas, mais especificamente à política de cotas para estudantes negros no ensino superior. O autor delimita três teses da retórica conservadora que foram

elaboradas por intelectuais, muitos deles cientistas sociais, nessas diferentes épocas: a **tese da perversidade**, a **tese da futilidade** e a **tese da ameaça**.

O debate travado entre os intelectuais brasileiros com respeito às ações afirmativas tem ocorrido em diversas instâncias. Um dos aspectos importantes a sublinhar nesse caso é justamente o fato da discussão ter ultrapassado os limites da academia e das universidades e ter adentrado a esfera pública, especialmente nos meios de comunicação, além de audiências públicas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Inúmeros intelectuais brasileiros escreveram e se pronunciaram sobre o tema. Porém, alguns nomes se destacam, especialmente na antropologia brasileira, em oposição às ações afirmativas e/ou pelo menos na forma como essas vêm sendo encaminhadas no país. Entre os autores que se opõem às cotas para estudantes negros pode-se citar o antropólogo Peter Fry (UFRJ), a antropóloga Yvonne Maggie (UFRJ), a antropóloga Eunice Durham (USP), a antropóloga Lília Schwarcz (USP), o cientista político Marcos Chor Maio (Fundação Oswaldo Cruz), o antropólogo Ricardo Ventura Santos (UFRJ e Fundação Oswaldo Cruz), a historiadora Célia Maria Marinho de Azevedo (UNICAMP), a historiadora Mônica Grim (UFRJ), o historiador Manolo Fiorentino (UFRJ) e o articulista do jornal *Folha de S. Paulo* e geógrafo Demétrio Magnoli, entre outros.

A TESE DA PERVERSIDADE

Com relação à tese da perversidade, seus defensores afirmam que as mudanças advindas de medidas visando algum tipo de transformação na sociedade, em vez de levar a sociedade em determinada direção, levarão exatamente na direção contrária. A ação produzida gera uma “cadeia de conseqüências” “imprevisíveis” e “não-intencionais” que provocam o oposto do que se deseja alcançar. Esse argumento, segundo a avaliação de Hirschman, é bastante eficaz para o convencimento do público em geral. A invocação dessa tese é uma das principais características da retórica conservadora. O efeito perverso representa um ato extremo do que Hirschman classifica de “conseqüências involuntárias” (1995, p. 37). Tais “conseqüências involuntárias” tiveram seu sentido deslocado, pois, se inicialmente elas denotavam o significado de “imprevistas”, passaram a adquirir um sentido negativo de, em última instância, indesejáveis.

No caso das políticas de cotas, a tese da perversidade tem sido constantemente repetida. Entre os autores que utilizam essa tese, afirma-se que as cotas em vez de contribuírem para a eliminação do racismo vão incitar mais racismo ainda. Essa é a opinião expressa por Peter Fry (*O Globo*, 21 de março de 2003):

“Todos nós gostaríamos de ver as universidades públicas cada vez mais multicoloridas (as privadas já são). Também acredito que a maioria quer que o Brasil elimine o racismo de tal jeito que a discriminação racial e o medo dela deixem de ferir tanto. Mas a “solução” das cotas vai aumentar os problemas e não diminuí-los. Alguém realmente acredita que é possível corrigir as desigualdades raciais grosseiras a custo zero aos cofres públicos? **O Verdadeiro custo será a consolidação do racismo, não o fim do racismo** (grifo meu)”.

O efeito da perversidade não apareceu com tanta frequência quanto os outros nos discursos dos intelectuais contrários às cotas. Esse fato pode ser explicado recorrendo-se mais uma vez a Hirschman (1992). Para ele, a tese da ameaça geralmente é alegada logo que uma política é proposta ou adotada de forma oficial. Seguindo seu raciocínio, o argumento da perversidade só aparecerá quando alguns resultados desfavoráveis da nova política surgirem. A tese da futilidade tende a ocorrer ainda mais tarde, porque é necessária uma certa distância dos acontecimentos. Dentro da lógica proposta pelo autor é provável que os argumentos contrários a uma determinada reforma mantenham a seguinte sequência: ameaça, perversidade e futilidade.

A TESE DA FUTILIDADE

A tese da futilidade difere da anterior, pois nesse caso não se antevê um retrocesso ou um efeito devastador para a sociedade como um todo, mas a mudança é considerada puramente cosmética, de fachada, pois não ataca as estruturas profundas da sociedade.

Apesar de os argumentos da tese da futilidade parecerem, de acordo com Hirschman, mais amenos do que os da tese da perversidade, eles são mais insultuosos. No primeiro caso, se critica a direção que determinada ação tomará e sempre resta a esperança de que seja obtida a direção adequada, porém, no segundo, quando se demonstra que a medida não terá eficácia alguma, está-se desmoralizando os defensores da mudança e subestimando as possibilidades de transformação. A tese da futilidade representa portanto uma crítica à própria intenção de mudança, justamente porque não se pode mudar aquilo que não pode ser mudado. É nesse ponto que a tese difere bastante da tese da perversidade. Pois, no caso dessa última, o mundo é visto como sujeito a mudanças, “volátil”, um determinado movimento levará consequentemente a efeitos imprevistos e a “contramovimentos insuspeitados” (HIRSCHMAN, 1992, p. 65). Já no caso da tese da futilidade o mundo é visto como uma estrutura que evolui segundo determinadas leis que as ações humanas são incapazes de alterar. Nas palavras de Hirschman (1992, p. 65), é uma atitude de “refutação desdenhosa” que se assume em relação à sugestão de que a realidade pode ser passível de algum tipo de mudança.

Novamente os argumentos citados por vários autores das ciências sociais brasileiras e por outros especialistas podem ser lidos por meio da tipologia criada por Hirschman. As cotas são vistas como algo que não vai alterar a realidade da educação no país, pois o problema não está na educação superior e sim no ensino básico. Deve-se ir à raiz do problema e não atacá-lo no final. As cotas são avaliadas como medidas paliativas, que não resolvem o principal problema da educação brasileira: uma boa escola pública que proporcione a todos a oportunidade de concorrer a vagas para o ensino superior. Além disso, essa medida incide, de acordo com a antropóloga Eunice Durham, “sobre uma das conseqüências da discriminação racial e da desigualdade educacional sem que estas, em si mesmas sejam corrigidas” (Durham, 2003, p. 04). A melhor qualidade do ensino básico seria uma das soluções apontadas por Celia Maria Marinho de Azevedo (2004b, p. 63) para combater o racismo no Brasil e não a adoção de cotas:

“é possível lutar contra o racismo no Brasil, ignorando-se a dimensão do problema do analfabetismo e baixos níveis de escolaridade da população brasileira? Não seria preciso concentrar forças na recuperação das escolas públicas de ensino fundamental, bem como na sua expansão para toda a população brasileira?”

A posição de Yvonne Maggie (2006) também se situa no horizonte de que as cotas não vão resolver problema algum. Em resposta a uma entrevista concedida ao *Jornal Folha de S. Paulo* ela se refere ao aumento de vagas como forma de resolver o problema do acesso ao ensino superior.

“Nós temos, nas universidades públicas, um grande potencial de abertura e de ampliação dos cursos. Por que não abrimos mais vagas? Temos professores e temos salas de aula suficientes para termos mais alunos. O problema não é colocar pessoas para dentro da universidade, é fazer elas se formarem. **Estabelecer cotas é trocar seis por meia dúzia** (grifo meu) (Folha de S. Paulo, 23 de julho de 2006)”.

Outra importante característica da tese da futilidade é conceder caráter científico aos seus argumentos. Tal feito foi realizado por alguns cientistas sociais italianos, como Pareto, por exemplo. Segundo Hirschman, esse autor concedeu aos seus achados estatísticos a respeito da distribuição de renda um caráter de lei natural. Sua conclusão foi que seria inútil, senão fútil, tentar modificar um aspecto básico e invariante da economia, como é o caso da distribuição de renda, por meio de taxaço, expropriação ou qualquer tipo de legislação de bem-estar social. A maneira correta de melhorar as condições de vida da população mais pobre seria, portanto, aumentar a riqueza total. No caso do debate sobre cotas, não se recorre a uma lei para comprovar a ineficácia da política, mas se apela à ciência

como se esta fosse o tribunal dos tribunais e que por ser detentora de um exercício disciplinar e neutro, seria capaz de decidir os melhores rumos para a sociedade brasileira.

*A análise de um dossiê*⁵

publicado sobre a questão das cotas raciais implantadas na Universidade de Brasília (UnB) ajuda a explicitar melhor a relação entre o papel da ciência e a posição política dos intelectuais em relação a uma determinada política pública. No primeiro semestre de 2005, a revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) publicou o referido dossiê. O texto principal é um artigo de Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos, no qual os autores criticam o processo de implementação de cotas raciais na UnB por ingresso através de vestibular, devido à utilização de análises de fotografias como forma de evitar fraudes e comprovar a identidade racial dos candidatos. Foram convidados 25 intelectuais que já haviam abordado o tema em alguma instância acadêmica ou com a publicação de artigos em jornais e/ou periódicos científicos, para comentar o artigo. O resultado foi que 18 intelectuais aceitaram o convite e se pronunciaram em relação ao texto. Maio e Santos afirmam que essa maneira de buscar parâmetros considerados objetivos para delimitar a identidade racial dos estudantes assemelha-se aos processos utilizados no século XIX para a aferição das raças. O principal argumento dos autores é que o uso de fotografias remete ao renascimento da “antropologia das raças”, que volta a considerar a raça – por meio da análise de atributos físicos e traços fenotípicos – como elemento classificador.

Todos os autores que responderam ao texto de Maio e Santos recriminaram o uso de fotos como forma de classificação dos candidatos, inclusive os antropólogos propositores do sistema de cotas raciais na UnB, José Jorge de Carvalho e Rita Segato. A utilização de fotografias como uma possível forma de evitar fraudes traz uma série de consequências que não foram devidamente avaliadas pela burocracia acadêmica.

O antropólogo José Carlos dos Anjos (2005a), em resposta ao artigo de Maio e Santos, afirma que em determinados momentos há necessidade de se falar politicamente. Anjos parte do pressuposto elaborado por Bruno Latour (2004), de que mesmo os cientistas devem assumir os riscos da fala política e que a ciência “deve assegurar lugares de porta-vozes, quaisquer que sejam as controvérsias sobre a fidelidade, a importância, a multiplicidade de seus

⁵ MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. *Política de cotas raciais. Os “olhos da sociedade” e os usos e abusos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB).*

representados” (Latour apud. Anjos, 2005a, p. 234). Segundo Latour (2004), mesmo que a palavra política suscite um certo mal-estar quando “julgada pela razão pensante” (2004, p. 33), às vezes não há como escapar da fala política. Na análise de Anjos (2005a, p. 235),

“Maio e Santos distorcem o que ocorreu na UnB: Falar de raças num cenário de correção de injustiças raciais e apontando para a desracialização a um certo prazo deveria ser entendido como diferente de fazer apologia das raças num contexto de promoção da superioridade de uma delas. Mas é como se sistematicamente uma parte desse enunciado ficasse fixa num único termo – raça – cujos efeitos sesupõem que sempre escapariam das intenções de justiça social dos homens que a carregam e seriam automaticamente sempre nazistas”.

Anjos afirma ainda que se a racialização no Brasil teve consequências práticas e não apenas efeitos de representação, por conseguinte a desracialização não pode ser apenas discursiva, ela tem que ser efetivada por medidas práticas. Por esse motivo, a elaboração de mecanismos que visem a correção dessas injustiças pertence ao âmbito da ação política e demanda, portanto, que os cientistas assumam posições políticas em defesa de seus próprios parâmetros de correção de injustiças que, nesse caso, são raciais. O autor defende uma visão de ciência que não é superior às demais formas de conhecimento e que está tão enredada com os outros domínios da realidade como qualquer outra atividade. Nesse sentido, as posições dos cientistas não são isentas de valores. O antropólogo demonstra que Maio e Santos assumem o lugar de cientistas – pensando a ciência como se fosse o tribunal dos tribunais – para criticarem o episódio da UNB. Dessa forma, os autores camuflam suas opiniões com argumentos estritamente científicos, pois em nenhum momento eles assumem explicitamente uma posição contrária ou favorável às políticas de cotas raciais.

Além do papel da ciência, também está em jogo nesse debate a relação entre os “lugares de enunciação do cientista e do político-militante” (ANJOS, 2005b, p. 232).

A historiadora Celia Maria Marinho de Azevedo (2005) em sua resposta ao texto de Maio e Santos assegura que os pesquisadores e os professores de História são receptivos aos apelos político-militantes para a reconstrução de uma história das raças, uma reescrita da história que toma como principal proposição a história de afirmação das identidades. Para ela, esses cientistas pecam ao imporem suas próprias fronteiras militantes à pesquisa histórica.

“Como historiadora eu diria que, tal como no caso dos antropólogos analisado por Maio e Santos, também os professores e pesquisadores de história não escapam hoje aos apelos político-militantes para que eles se tornem especialistas em raça. A

defesa de uma reescrita da história, o que não seria nenhuma novidade entre historiadores que se formaram sob a dupla herança da escola dos Annales e da teoria crítica marxista, assume feições devastadoras quando se reduz à proposição de uma história das identidades. Nessas histórias em separado, ou seja, a história do negro, história do branco, história do índio, etc., ganha a cena a visão autoritária de quem pretende que as suas próprias fronteiras militantes se imponham na pesquisa história, cegando o pesquisador para quaisquer possibilidades que não as identidades primordiais, fixas e imutáveis inventadas pelos velhos teóricos das raças e, hoje, tristemente ressuscitadas por uma corrente do anti-racismo” (AZEVEDO, 2005, p. 224).

A controvérsia entre os intelectuais brasileiros a respeito das cotas e do papel que diferentes atores sociais deveriam assumir em relação a ela não deixa de representar uma espécie de continuidade de discussões sempre presentes no cenário nacional. Essa continuidade histórica fica explícita quando Guimarães (2002) refere-se à reação de Gilberto Freyre tanto à influência de estrangeiros sobre os negros brasileiros, especialmente por meio do conceito de “negritude”, quanto à “solidariedade” que diplomatas, políticos e jornalistas mantinham com o que o Freyre denominava de “afro-racistas”:

“Meus agradecimentos a quantos, pela sua presença, participam esse ano no Rio de Janeiro, da comemoração do Dia de Camões, vindo ouvir a palavra de quem, adepto da ‘vária cor’ camoneana, tanto se opõe à mística da ‘negritude’ como ao mito da ‘branquitude’: dos extremos sectários que contrariam a já brasileiríssima prática da democracia racial através da mestiçagem: uma prática que nos impõem deveres de particular solidariedade com outros povos mestiços. Sobretudo com os do Oriente e os das Áfricas Portuguesas. Principalmente com os das Áfricas negras e mestiças marcadas pela presença lusitana” (FREYRE apud GUIMARÃES, 2002, p. 153)16.

É interessante observar que, tanto no caso de Azevedo como no de Maio e Santos, o lugar de enunciação dos discursos é somente a ciência. Dessa forma, eles não têm a pretensão de defender pontos de vista políticos, não fazem alianças e não produzem teorias comprometidas com qualquer projeto político preexistente, apenas fazem “ciência”. Esse tipo de discurso induz ao questionamento sobre qual posição ideológica e, portanto, política, esses intelectuais estão assumindo. Anjos (2005b, p. 108) afirma que a ciência deve assumir uma perspectiva pragmática. O autor preconiza a ideia de que a ciência pode contribuir no sentido de alargar “o espaço de representação política”, a fim de abarcar grupos que se encontram de alguma forma excluídos de espaços de representação e de direitos sociais. Ele reconhece a existência de uma disputa entre o conhecimento científico e o não-científico e admite que as fronteiras entre esses espaços está sujeita a complexos jogos de negociação. No entanto,

não se pode simplesmente admitir que as ciências sociais se acomodem em uma posição epistemológica imune à influência militante e aos grupos que não possuem representação nos debates das “grandes arenas” (2005b, p. 111).

O debate sobre as cotas no país ajudou a desnaturalizar uma situação até então tomada como natural, mesmo pelos cientistas sociais: o fato de existirem pouquíssimos profissionais negros no ensino superior brasileiro, bem como um reduzido número de estudantes negros. As teorias produzidas nesses ambientes estão de certa forma comprometidas com essa realidade, pois ajudaram a formar representações sobre o país, sobre a sua formação e o seu desenvolvimento.

A acusação de comprometimento político dos intelectuais favoráveis às cotas é descrita da seguinte forma reducionista por Fry em entrevista ao Jornal “Liberal” (2006): “Não é todo mundo que pensa o Brasil como um país dividido nessas duas categorias [*negros e brancos*]. Essa noção é, sobretudo de certos intelectuais e militantes do movimento negro”. No Livro *A persistência da raça* (2005), o autor também faz referência ao “crescimento paralelo de um movimento negro articulado que, em geral, tem-se aliado fortemente aos pesquisadores acadêmicos” (FRY, 2005, p. 223).

A denúncia de Fry a respeito da aliança de alguns pesquisadores com o movimento negro está alicerçada em sua pressuposta posição de acadêmico, pois não considera como política a sua postura. Seu pronunciamento na 58ª Reunião Anual da SBPC⁶ em Florianópolis é exemplar:

“eu não vou bater pé sobre nenhuma plataforma política, Deus me livre, eu sou universitário, tenho as minhas convicções que vêm da minha antropologia e apenas gostaria de terminar dizendo que eu tenho uma posição duvidosa em relação a isso, duvidosa porque eu não tenho certeza de nada (...) **Tenho pavor de certeza, da agressão, da agressividade, da desqualificação, tenho pavor disso, porque sou acadêmico, eu não sou político**” (grifo meu).

O antropólogo, apesar de ter ajudado a formular um manifesto contra esse tipo de política pública, que foi entregue ao presidente da Câmara Federal e do Senado, não avalia a sua atitude como um ato político, mas acadêmico, pois suas convicções não são suas e sim, da “sua antropologia”. Sua retórica é justamente desvencilhar-se de um comprometimento político e apelar para sua condição de intelectual e acadêmico. Ainda em relação à tese da futilidade, uma última característica revelada por Hirschman se refere à possibilidade de conjunção de argumentos radicais e conservadores. De acordo com a proposição de Hirschman

⁶ Transcrição integral da fita – feita pela pesquisadora – da Mesa Redonda promovida pela ABA: “As novas inflexões raciais no Brasil”. 58ª Reunião Anual da SBPC. Sexta-feira, 21/07/2006 – 16:00 horas – Auditório Laranjeira: Centro de Cultura e Eventos – UFSC.

(1992), pessoas que utilizam argumentos radicais ou marxistas muitas vezes censuram aqueles caracterizados como progressistas ou reformistas por ignorarem as estruturas básicas da sociedade. Ainda seguindo o raciocínio de Hirschman (1992, p. 59):

“Mas não seria a primeira vez que os ódios compartilhados forjam estranhacamaradagens. O ódio compartilhado, neste caso, é dirigido contra a tentativa de reformar alguns aspectos negativos ou injustos do sistema capitalista, por meio da intervenção e programas públicos. Na extrema esquerda, tais programas são criticados por temor de que qualquer sucesso que venham a ter diminua o zelo revolucionário. Na direita, eles são submetidos a zombaria e críticas porque qualquer intervenção do Estado (...), é considerada uma interferência nociva ou fútil em um sistema que supostamente se auto-equilibra”.

Alguns intelectuais que se consideram de esquerda, bem como certos setores da sociedade – como algumas vertentes da esquerda e da extrema esquerda – são contrários à aplicação de políticas de cotas justamente porque não atacam as estruturas sociais básicas, que, segundo suas avaliações, estão intrincadas no sistema de exploração capitalista. De acordo com essa visão, o principal problema do Brasil seria a desigualdade social, analisada através de uma perspectiva de classe. Resolvendo-se essa questão, não haveria necessidade de políticas específicas voltadas para a população negra. Essa é a posição do geógrafo Demétrio Magnoli, que vem se pronunciando periodicamente na mídia a respeito da política de cotas:

[...] “Os movimentos negros parecem satisfeitos com benesses para uma pequena parcela da classe média negra. Porto Alegre do PT e a Bahia de ACM, pioneiros das cotas, mostram o caminho: conceder empregos públicos ou vagas nas universidades para um punhado de negros custa pouco e faz barulho. A política de cotas destina-se a adiar para um futuro incerto os investimentos maciços em saúde, educação e emprego que interessam de fato aos negros (e brancos) pobres” (MAGNOLI, 2003, p. 03).

Em entrevista ao jornalista Alexandre Garcia no dia 30 de agosto de 2006, em um programa da *Globonews*, o representante do “Movimento Negro Socialista”, José Carlos Miranda utiliza-se da mesma lógica argumentativa de Magnoli. Em seu pronunciamento, a “estranha camaradagem” a qual Hirschman faz referência torna-se explícita. A retórica conservadora une-se à retórica de esquerda em oposição à implementação das cotas e do Estatuto da Igualdade Racial. A seguir, trechos da entrevista:

[...] “a maioria do movimento negro apóia as cotas, abandonou a luta por uma sociedade igual, igualitária. [...] o sistema de cotas. Isso só levaria a uma situação de conflito e de oposição entre negros e brancos. A entrega do nosso manifesto, a participação do “Movimento Negro Socialista” (...) escancarou essa situação para toda a sociedade. [...] Eu enquanto militante negro digo o seguinte: ele vai pegar [o sistema de cotas] os negros mais preparados, os que têm mais sorte, os mais cultos, inclusive, alçar eles, em vez de preparar a luta do nosso povo para que melhore todo o povo negro e pobre e os brancos também, em vez de liderar esse movimento, ele [o negro] vai ser alçado a morar em Moema, a ser integrado pelo sistema, não combatendo a desigualdade”.

A posição de Miranda está ancorada em um discurso que avalia as políticas de ação afirmativa enquanto políticas restritas a grupos específicos e que, por esse motivo, restringem o caráter universal das lutas de classes.

A TESE DA AMEAÇA

A última tese pertencente à retórica conservadora é a da ameaça. É também aquela que mais aparece nos depoimentos e artigos dos intelectuais contrários às ações afirmativas. Essa terceira forma discursiva assegura que a mudança, mesmo que desejável, terá custos e/ou consequências que não podem ser aceitos. Há componentes perigosos que inevitavelmente surgirão com a aplicação de certas medidas. No caso das cotas, alguns autores como Peter Fry e Yvonne Maggie apontam que essa é uma política de alto risco, porque irá instituir, em âmbito federal, o negro como figura jurídica. Com isso, ao invés de se ignorar a raça como critério de classificação e de concessão de direitos, o Estado vai “entronizar” a raça como forma de definição social, provocando a divisão do país em grupos raciais distintos. Conforme os dois autores, esse tipo de ação traz mais dor do que alívio aos problemas que pretende resolver. Essa é também a apreciação de Eunice Durham (2003, p. 07), conforme se pode observar na citação a seguir:

“Um novo apartheid, mesmo que mais favorável aos afrodescendentes do que a situação atual, pode perfeitamente incentivar o preconceito e criar situações permanentes de conflito étnico. Não creio que essa seja uma solução factível e nem aceita pelo conjunto da população que reconhece sua ascendência africana” [...].

As ações afirmativas não dariam certo no Brasil, segundo as avaliações desses estudiosos, devido a particularidades específicas do nosso país, como o fato de que no Brasil não teria havido discriminação do ponto de vista legal ou de que aqui nunca teria havido ódio ou conflito racial. De acordo com essa visão, o Brasil é um país mestiço, híbrido e não “feito de grupos étnicos estanques” (Fry, 2005). Essa interpretação vai ao encontro do último ponto referente à tese

da ameaça: ela geralmente encontra-se associada “com imagens mentais fortemente enraizadas” (Hirschman, 1992, p. 104), que envolvem de maneira intensa um imaginário social há muito tempo instituído. A tese da ameaça, “requer como pano de fundo um cenário no qual exista a memória viva de realizações anteriores altamente apreciadas” (HIRSCHMAN, 1992, p. 107). No debate sobre as cotas no Brasil toca-se especialmente em uma imagem de nação até então considerada altamente positiva. A implementação de políticas de ação afirmativa implica colocar em dúvida o discurso harmonioso a respeito da formação do Brasil. Muitas matrizes interpretativas sobre a formação da nação brasileira – como, por exemplo, a obra de Gilberto Freyre e, mais recentemente, a retomada que Peter Fry faz das ideias do sociólogo pernambucano –, auxiliaram na criação e manutenção de um imaginário em que a constituição do país aparece como um processo não-conflitivo, no qual as desigualdades são reinterpretadas de maneira positiva. Segundo os autores solidários a esse pensamento, as ações afirmativas afetariam diretamente esses princípios de convivência fraterna e provocariam conflitos entre os diferentes grupos étnico-raciais, fato que para eles não ocorria anteriormente. É o que demonstra a citação a seguir:

“as medidas pós-Durban, ao proporem ações afirmativas em prol da ‘população negra’, rompem não só com o a-racismo e o anti-racismo tradicionais, mas também com a forte ideologia que **define o Brasil como o país da mistura, ou, como preferia Gilberto Freyre, do hibridismo**. Ações afirmativas implicam, evidentemente, imaginar o Brasil composto não de infinitas misturas, mas de grupos estanques: os que têm e os que não têm direito à ação afirmativa, no caso em questão, ‘negros’ e ‘brancos’ “... (grifo meu) (MAGGIE e FRY, 2004, p. 68).

Os discursos eloquentes relacionados à mestiçagem como uma das características que confere originalidade, distinção e identificação ao Brasil, são reproduzidos numa variedade de publicações posteriores. No livro *Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo* (2007), organizado por Fry, Maggie, Maio, Monteiro e Santos, há um conjunto de citações de vários autores que se referem à transformação e/ou destruição de concepções sumamente enraizadas ao imaginário nacional. A publicação como um todo demonstra com nitidez a opção dos autores pela retórica da ameaça. O título da obra não poderia ser mais ilustrativo. Já no preâmbulo do livro, Bila Sorj, José Carlos Miranda e Yvonne Maggie (2007, p. 14) alertam para o perigo contido nas políticas de ação afirmativa. Em relação à entrega do manifesto, assim se pronunciam:

“a repercussão da entrega da carta gerou um intenso debate sobre os dois projetos na medida em que falam sobre o país que queremos ter e mexem com concepções caras ao povo brasileiro. Os projetos pretendem, em suma, transformar a nação

brasileira em uma nação dividida em duas metades – uma feita de brancos e a outra, de negros. Trata-se de uma proposta de engenharia social que torna a racialização da sociedade legal e obrigatória” (grifo meu).

Na interpretação desses autores, a suposta cordialidade existente no Brasil advém do processo de miscigenação existente no país desde a sua colonização. A miscigenação – a mistura, a mestiçagem – é a principal herança que confere positividade ao nosso passado, ao presente e, quiçá, ao futuro. Ela também é responsável pelo processo não-conflituoso de integração nacional. É importante assinalar que os autores não recorrem mais ao conceito de democracia racial como forma de aludir ao sistema flexível de classificação e de relações raciais atuante no país, tal conceito é substituído pelo de mestiçagem. Assim se pronuncia Góes (2007, p. 59): “O Brasil pode vir a se tornar um país dividido entre negros e brancos, sim, trocando a valorização da mestiçagem pelo orgulho racial”.

Pelo que foi possível constatar a partir das citações anteriores, a ideia de mestiçagem não se apresenta, para os representantes da retórica conservadora, compatível com situações conflituosas. Pelo contrário, foi ela que proporcionou a existência de uma convivência amistosa entre os “diferentes” no Brasil. Esse é um dos motivos da não-aceitação das cotas por parte de muitos cientistas sociais. O principal argumento por eles utilizado é de que as cotas trarão o conflito, que anteriormente não existia. A possibilidade de conflito provoca uma espécie de curto-circuito na forma de interpretação das relações sociais no Brasil. O episódio das cotas traz para as ciências sociais brasileiras um desafio inédito marcado por uma crise de representação, segundo a análise de José Jorge de Carvalho (2005/2006, p. 102). Para o autor, as ciências sociais brasileiras estão vivenciando uma “crise da desneutralização racial do campo acadêmico”. Ainda de acordo com a interpretação de Carvalho, os cientistas sociais brasileiros sempre expressaram forte rejeição ao racismo existente na sociedade, mas nunca questionaram o ambiente acadêmico de “confinamento racial” no qual eles próprios estavam inseridos. Em outras palavras, o autor chama a atenção para os espaços institucionais brancos em que se transformaram as universidades brasileiras sem que houvesse protestos ou pelo menos estranhamento dos cientistas sociais encarregados de elaborar explicações sobre o Brasil. Ele coloca em xeque, enfim, as interpretações feitas pelos cientistas sociais brasileiros brancos e a sua pretensa neutralidade axiológica. A principal consequência da discussão sobre a implementação de cotas nas universidades federais do país “é a inevitabilidade dos posicionamentos” (Carvalho, 2005/2006) de cientistas sociais a partir de seus locais de produção de conhecimento.

A RETÓRICA PROGRESSISTA

Podem-se citar no campo da retórica progressista vários intelectuais que se pronunciaram sobre o tema em diferentes espaços: o antropólogo José Jorge de Carvalho (UnB), a antropóloga Rita Segato (UnB), o antropólogo José Carlos Gomes dos Anjos (UFGRS), o sociólogo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (USP) e o economista Marcelo Paixão (UFRJ) como os nomes de maior destaque em nível nacional. Porém, outros cientistas sociais e pesquisadores de outras áreas também podem ser ressaltados, embora suas publicações não sejam aqui analisadas, como a socióloga Ilse Scherer- Warren (UFSC), a antropóloga Ilka Boaventura Leite (UFSC), o físico Marcelo Tragtenberg³ (UFSC), a pedagoga Vânia Beatriz Monteiro da Silva (UFSC), a Procuradora da Universidade Federal do Paraná, Dora Lúcia Bertúlio, entre outros.

É importante esclarecer que nesta pesquisa não foram encontradas, nas publicações e palestras dos autores pesquisados, todas as contrapartidas da retórica conservadora. Nesse caso, o esquema elaborado por Hirschman foi utilizado com algumas alterações.

A INVOCAÇÃO DA CRISE DESESPERADORA

A antítese que apareceu com maior frequência entre os autores que compartilham a retórica progressista é a contrapartida à tese da perversidade: a “invocação da situação de crise desesperadora”. De acordo com o “Manifesto em favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial” (2006) entregue aos deputados e senadores do Congresso Brasileiro, o sistema universitário brasileiro já é segregado o suficiente e não há mais o que piorar quando comparado a outros:

“colocando o sistema acadêmico brasileiro em uma perspectiva internacional, concluímos que nosso quadro de exclusão racial no ensino superior é um dos mais extremos do mundo. [...] a porcentagem de professores negros nas universidades sul-africanas, ainda na época do apartheid, era muito maior que a porcentagem dos professores negros nas nossas universidades públicas nos dias de hoje. A porcentagem média de docentes nas universidades públicas brasileiras não chega a 1%, em um país onde os negros conformam 45,6% do total da população. Se os Deputados e Senadores, no seu papel de traduzir as demandas da sociedade brasileira em políticas de Estado não intervierem aprovando o PL 73/99 e o Estatuto, os mecanismos de exclusão racial embutidos no suposto universalismo do estado republicano provavelmente nos levarão a atravessar todo o século XXI como um dos sistemas universitários mais segregados étnica e racialmente do planeta! E, pior ainda, estaremos condenando mais uma geração inteira de secundaristas negros a ficar fora das universidades, pois, segundo estudos do IPEA, serão necessários 30

anos para que a população negra alcance a escolaridade média dos brancos de hoje, caso nenhuma política específica de promoção da igualdade racial na educação seja adotada”.

Isso também é o que ocorre com a população negra como um todo no que se refere ao acesso à educação. A crise, portanto, já está em seu limite, qualquer medida ainda pode ser considerada pouco satisfatória.

A manutenção das desigualdades raciais no país comprova a necessidade de adoção de políticas de ação afirmativa. Segundo Guimarães (1999, p. 184):

[...] “Em termos de valores e de sentimentos, não acredito que ninguém considere inadequado o imaginário anti-racista brasileiro. O problema está na perpetuação de enormes desigualdades de origem racial, que ocorrem, apesar dos bons sentimentos, com a anuência ativa da sociedade”.

ESTAMOS PERDENDO O TREM DA HISTÓRIA

As outras antíteses elaboradas por Hirschman como contrapartidas à tese da ameaça e à tese da futilidade, ou seja, “a ilusão da sinergia” e “a tese do perigo iminente”, não foram localizadas nos argumentos dos intelectuais favoráveis às ações afirmativas selecionados para a análise. No entanto, uma outra antítese à retórica conservadora foi observada e pode ser acrescentada ao esquema proposto pelo autor: a de que “estamos perdendo o trem da história”. Ela assemelha-se à invocação da crise desesperadora, ao apontar as péssimas condições em que se encontra o país no que se refere às desigualdades raciais, mas difere um pouco dela no sentido de adotar muito mais uma perspectiva comparativa, do que propriamente de desastre. Também se pode considerá-la similar à contrapartida à tese da futilidade de “ter a história do nosso lado”, visto que os autores favoráveis às ações afirmativas mostram como outros países conseguiram atingir um maior nível de integração racial no sistema universitário por acionarem políticas de ação afirmativa. Nesse sentido, pode-se concluir que “estamos perdendo o trem da história” por não adotarmos tais políticas. E, simultaneamente, que a história está do lado daqueles que implementaram tais medidas.

No caso do ensino universitário brasileiro, fica explícito o quanto estamos distantes, em termos democráticos e de integração racial, em relação a outros países. Assim se expressa José Jorge de Carvalho (2006) em um seminário organizado pela UFSC5 para discutir o tema das ações afirmativas:

“nós demoramos demais para intervir em nosso sistema universitário, para integrá-lo racialmente. Nós perdemos décadas inteiras, em que teria sido mais fácil de fazê-

lo e com resultados melhores. Nós estamos chegando tarde e talvez sejamos um dos únicos países do planeta multirraciais numa proporção tão alta, que deixamos passar um século de exclusão racial sem abrir a boca sobre isso praticamente, tô falando de dentro da academia. Não que o movimento negro não tenha colocado isso inúmeras vezes ao longo do século. Mas dentro do mundo acadêmico, um assunto silenciado o tempo todo”..

A EFICÁCIA DAS POLÍTICAS PROGRESSISTAS E/OU REFORMISTAS

Da mesma forma que Hirschman pressupõe uma seqüência cronológica para o aparecimento das teses constituintes da retórica conservadora, pode-se pensar numa lógica própria para o surgimento das teses da retórica progressista. A primeira tese conservadora usada contra a implementação de determinadas políticas públicas, na interpretação de Hirschman, é a da ameaça, porque não necessita de tempo para que a política se concretize, ou seja, a política pode ser imediatamente atacada sem levar em consideração seus efeitos. Além disso, a tese da ameaça pode prever cenários perigosos, que, na maioria das vezes, não se concretizarão. No caso da retórica progressista a respeito das cotas, muitos autores favoráveis à medida ressaltam seu caráter benéfico e transformador da realidade social. Essa seria então uma primeira tese que surgiria no caso da retórica progressista.

O fato de os autores partidários da retórica progressista caracterizarem as políticas de ação afirmativa como algo que trará benefícios à sociedade não deixa de assemelhar-se com o otimismo presente na antítese à tese da futilidade de “termos a história ao nosso lado”. Não seria exatamente acreditar em um processo histórico ascendente e teleológico que ocorrerá como se fosse decorrente de uma lei, mas se trata de acreditar que uma determinada política pode trazer efeitos benéficos para a sociedade como um todo. Conforme Hirschman (1996, p 77) aconselha, os progressistas devem defender as políticas por eles propostas não em função de imaginarem cenários desastrosos, caso a política não seja aplicada, mas porque elas são “corretas e justas”. Há uma explicação bastante razoável para esse tipo de discurso otimista em relação ao futuro, pois, no primeiro momento de implantação de uma política, torna-se necessário um processo de convencimento que passa obrigatoriamente pelo fato de apontar suas características positivas. Está implícita nessa iniciativa a crença na eficácia das medidas.

CONCLUSÃO

No prefácio de seu livro, Hirschman (1992, p. 10) conta uma história sobre como as sociedades democráticas podem chegar ao ponto de que grupos

com opiniões diferentes se fecham até que em um determinado momento cada grupo pergunta acerca do outro: “Como foi que eles chegaram a ser assim”. É justamente com essa incompatibilidade de posições que se está lidando.

A discussão sobre a implementação de cotas no Brasil provocou uma polêmica que desafiou de forma inusitada o campo acadêmico. Daí a necessidade de compreender melhor o funcionamento desse campo e a posição dos agentes que dele fazem parte. Apesar do campo científico possuir determinado grau de autonomia, percebe-se que as questões políticas o afetam diretamente, o que se torna ainda mais evidente nas ciências sociais. Intelectuais e cientistas utilizam-se da retórica como uma forma discursiva de obter a adesão e o convencimento de diversos tipos de auditórios especializados ou não. Apesar de haver uma disputa acadêmica em torno do tema, a discussão ultrapassou o espaço acadêmico e os intelectuais foram chamados a dar seus pareceres especializados em diversas instâncias da esfera pública, desde os meios de comunicação até às audiências públicas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Daí a importância, conforme ressalta Canclini (2005), de analisar os discursos dos intelectuais a partir de diferentes lugares de enunciação.

O que o debate atualmente exige é o direito à escuta de grupos sociais marginalizados historicamente que solicitam sua presença na arena das lutas políticas, não apenas como espectadores. Esses novos sujeitos não visam atualizar o racismo ou racializar a sociedade, mas recusam-se a esquecer as marcas da exclusão. Essas marcas estão assinaladas prioritariamente pelo não acesso aos territórios e à escolaridade (Leite, 2007). Por outro lado, cada um envolvido nesse debate deve observar seu lugar de enunciação e responder por que um lugar deve ser mais reconhecido que o outro. Não podem ser utilizados critérios diferentes de legitimidade quando todos os atores, afinal de contas, participam na mesma luta política. A assimetria entre intelectuais/especialistas/cientistas e ativistas de movimentos sociais/comunidades quilombolas/estudantes negros permanecerá enquanto a fala dos primeiros for considerada superior à daqueles que não possuem o acesso às mesmas estratégias discursivas e retóricas marcadas pela crítica especializada.

Referências

ANJOS, José Carlos dos. (2007). *Carta aberta do professor José Carlos dos Anjos aos docentes contrários às políticas de ações afirmativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <<http://br.f624.mail.yahoo.com/ym/ShowLetter>> Acesso em: 01 jul.

- _____. (2005a). O tribunal dos tribunais: onde se julgam aqueles que julgam raças. *Horizontes Antropológicos*, n. 23, p. 232-236. jan-jun.
- _____. (2005b). Remanescentes de quilombos: reflexões epistemológicas. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis: NUER/ABA.
- (2006). As novas inflexões raciais no Brasil. 58ª Reunião Anual da SBPC. Transcrição integral da fita feita pela pesquisadora. Florianópolis. 01 jul.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. jan/jun, (2005). Cota racial e jargão policial na universidade: para onde vamos?, *Horizontes Antropológicos*, n. 23, p. 222-224.
- _____. (2004a). *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. São Paulo, Annablume.
- _____. (2004b). *Ant-racismo e seus paradoxos: reflexão sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo: Annablume.
- BOBBIO, Norberto. (1997). *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- CANCLINI, Nestor Garcia. (2005). *Diferentes, desiguais e desconectados: mapa da interculturalidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- CARVALHO, José Jorge de. (2006). *Palestra preferida no Seminário: Cotas e Ações Afirmativas na UFSC*, Florianópolis. 01 jun.
- _____. (2005/2006). O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro, *Revista USP*, n. 68, dez. jan. fev.
- _____. (2005a). *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar Editorial.
- _____. (2005b). Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: o caso de cotas para negros na UNB. *Horizontes Antropológicos*, n. 23.
- _____. (2004). Ações afirmativas como base para uma aliança negro-indígena contra a discriminação étnica e racial no Brasil. In: GOMES, Nilma LINO; Martins, Aracy Alves (orgs.). *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- DURHAM, Eunice. 28 jun, (2002). Problema de escolarização surge no ensino básico. *Folha de S.Paulo*.
- _____. (2003). Desigualdade educacional e cotas para negros nas universidades, *Novos Estudos CEBRAP*, n. 66. Jul.
- FIorentino, Manolo. (2005). Racismo se combate com polícia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo. 17 abr.
- _____. (2007). Da atualidade de Gilberto Freyre. In: FRY, Peter (org.) et.al. *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FREYRE, Gilberto. (1995). *Casa Grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. São Paulo: Record, 30ª edição.
- _____. (1971- 2000). *Novo mundo nos trópicos*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora. 1ª edição.
- FRY, Peter. (2005/2006). Ciência social e política “racial” no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, p. 180-187, dez./jan./fev.
- _____. (2006). Antropólogo defende cotas sociais. *O Liberal*, Belém, 10 jul.
- _____. (2005). A feijoada mudou. *Folha de São Paulo*. 19 jun.

- _____. (2005). *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre a Brasil e a África Austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2004). Política de alto risco. *Folha de S. Paulo*, São Paulo. 27 jun.
- _____. (2003). Introduzindo o racismo. *O Globo*, Rio de Janeiro. 21 mar.
- FRY, Peter e Yvonne Maggie. (2004). Política de alto risco. *Folha de São Paulo*, São Paulo. 27 jun.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. (2006a). Depois da democracia racial, *Tempo Social* – revista de Sociologia da USP, vol.18, n.2, p. 269-287. Nov.
- _____. GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *58ª Reunião Anual da SBPC*. (2006b). Transcrição da mesa redonda: As novas inflexões raciais no Brasil. Florianópolis. 01 jul.
- _____. GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. (2005). Entre o medo de fraudes e o fantasma das raças, *Horizontes Antropológicos*, n. 23, p. 215-217. Jan/jun.
- _____. (2002). *Classes, raça e democracia*. São Paulo: FUSP/Ed. 34.
- _____. (2000). Introdução. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn. *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. (1999). *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo/Editora 34.
- HANCHARD, Michael George. (2001). *Orfeu e o poder: movimento negro no Rio e São Paulo (1945-1988)*. Rio de Janeiro: UERJ.
- HASENBALG, Carlos. (2005). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2. ed.
- HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. Dez, (1993). Notas sobre desigualdade racial e política no Brasil, *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 25.
- HIRSCHMAN, Albert. (1996). *O. Auto-subversão: teorias consagradas em xeque*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1995). Conflitos sociais como pilares da sociedade de mercado democrática, *Novos Estudos CEBRAP*, n. 42. Jul.
- _____. (1992). *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1989). Duzentos anos de retórica reacionária: o caso do efeito perverso, *Novos Estudos CEBRAP*, n. 23, p. 102-119. Mar.
- LATOUR, Bruno. (2004). Se falarmos um pouco de política? *Política e sociedade*, n. 04. Abr.
- MAGGIE, Yvonne e FRY, Peter. (2004). A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. *Estudos Avançados*, vol. 18, n. 50.
- _____. *Racismo e anti-racismo em escolas cariocas*. Disponível em: <<http://www.observa.ifcs.ufrj.br/index.htm>>. Acessado em: 11 fev, 2007.
- _____. (2006). Estatuto criaria “racismo de Estado”, diz antropólogo. *Folha de São Paulo*, São Paulo. 23 jul.
- _____. 2003. Critério da UnB é estarecedor. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 mar. 2004.
- MAGNOLI, Demétrio. Desiguais perante a lei. *Revista Pangea*. Março.
- _____. (2006). *Audiência pública na Câmara dos Deputados para a discussão da reserva de vagas no ensino público superior federal*. Gravação em fita VHS. 25 abr.

- MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. (2005). Política de cotas raciais. Os “olhos da sociedade” e os usos e abusos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UNB). *Horizontes Antropológicos*, n. 23. Jan- jun.
- (2006). Manifesto *Em favor da lei de cotas e do Estatuto da Igualdade Racial*. 03 jun.
- (2006). Manifesto. *Todos têm direitos iguais na República Democrática*. 29 maio.
- PAIXÃO, Marcelo. (2006). *Manifesto anti-racista*. Idéias em prol de uma utopia chamada Brasil. Rio de Janeiro: Editoria DP&A.
- SCWARCZ, Lilia Moritz. (2005/ 2006). Na boca do furacão, *Revista USP*, São Paulo, n. 68, p. 6-9. Dez, Jan, fev.
- _____. (2004). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições sociais e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 5ª reimpressão.
- SEGATO, Rita Laura. Raça é signo. In: AMARAL, Jr. Aécio; BURITTY, Joanildo de A. (orgs.). (2006). *Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social*. São Paulo: Annablume, p. 215-235.
- _____. (2005). Transcrição da fita da qualificação do projeto de mestrado de Ernandes Barboza Melchior: *Não deixando a cor passar em branco: o processo de implementação de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília*. Sob orientação da professora Drª Wivian Weller no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB).
- _____. (2005). Em memória de tempos melhores: os antropólogos e a luta pelo direito. *Horizontes Antropológicos*, n° 23, p. 273-282. Jan. jun.
- SEGATO, Rita Laura. (2005/2006). Cotas: por que reagimos? *Revista USP*, São Paulo, n. 68, p. 76-87. Dez, jan, fev.
- SORJ, Bernardo. (2007). Memória, vitimização e o futuro do Brasil. In: FRY, Peter (org.) et.al. *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SORJ, Bila; MIRANDA, José Carlos; MAGGIE, Yvonne. Preâmbulo. In: FRY, Peter (org.) et.al. (2007). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Resumo

A implementação de políticas de ação afirmativa para estudantes negros nas universidades públicas brasileiras gerou um intenso debate em diversos campos sociais. As discussões sobre as políticas de ação afirmativa mobilizaram não somente atores organizados da sociedade civil brasileira como também a *intelligentsia* nacional. Em paralelo ao debate instalado na mídia a partir de 2002, iniciou-se também uma disputa acadêmica em torno do tema. Entender o porquê dessa disputa tão acirrada entre os intelectuais brasileiros sobre a necessidade ou não de aplicação dessas políticas constitui o objetivo principal da pesquisa. Para isso, serão analisadas as principais proposições apresentadas por cientistas sociais, mais especificadamente representantes da antropologia e da sociologia. Há pelo menos duas posições bem demarcadas nas ciências sociais a respeito do tema: os intelectuais contrários às políticas de ação afirmativa e aqueles que se posicionam favoravelmente. Seus argumentos serão analisados a partir de uma tipologia criada por Albert Hirschman (1992). Os autores que desenvolvem argumentos em oposição às ações afirmativas são partidários de uma retórica denominada de conservadora, enquanto os que defendem tais políticas são classificados como partidários de uma retórica progressista. Hirschman delimita três teses da retórica conservadora que foram elaboradas por intelectuais, muitos deles cientistas sociais, em diferentes épocas, em relação a políticas avaliadas como progressistas e/ou reformistas: a tese da perversidade, a tese da futilidade e a tese de ameaça. Para cada tese da retórica conservadora, o autor elabora contrapartidas progressistas originando dessa maneira pares que se contrapõem e se complementam. É possível concluir que as duas retóricas em embate refletem posturas diferenciadas dos intelectuais em relação à ciência e à política.

Palavras-chave: Ação afirmativa. Estudantes negros. Intelectuais. Retórica progressista. Retórica conservadora.

Abstract

The implementation of politics of affirmative action for black students in the Brazilian public universities generated an intense debate in several social spheres. The quarrels on the politics of affirmative action had not only mobilized organized actors of the Brazilian civil society as well as the national intelligentsia. In parallel to the debate installed in the media from 2002, an academic dispute around the subject was also initiated. To understand why this dispute so incited between the Brazilian intellectuals on the necessity or not of application of these politics do not constitute the main objective of the research. For this, the main proposals presented for social scientists, more specifically anthropology and sociology representatives will be analyzed. It has at least two well demarcated positions in social sciences regarding the subject: contrary intellectuals to the politics of affirmative action and those favorable. Its arguments will be analyzed from a typology created for Albert Hirschman (1992). The authors who develop arguments in opposition to the affirmative actions are partisan of a called rhetoric of conservative, while the ones that defend such politics are classified as partisan of a progressive rhetoric. Hirschman delimits three theses of the rhetorical conservative that had been elaborated by intellectuals, many of them social scientists, at different times, evaluating politics as progressive and/or reformist: the thesis of the perversity, the thesis of the futility and the thesis of threat. For each thesis of the rhetorical conservative, the author elaborates progressive counterparts, originating pairs that oppose

and complement each other. It is possible to conclude that the two rhetorical in shock reflect differentiated positions of intellectuals in relation to science and politics. Moreover, the partisans of the two rhetorical share diverse conceptions regarding important concepts used in Brazilian social sciences, especially of race and of mestization. As much as the entailing of the intellectuals to science and politics than the theoretical matrices that they use to explain the nation happens on its relative positionings to the implementation of affirmative actions for black students in Brazil.

Key words: Affirmative action. Black students. Intellectuals. Progressive rhetoric. Rhetorical conservative.

Recebido em 19/09/2010 e aprovado em 24/09/2010